UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS A. C. SIMÕES
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

VITÓRIA LEANDRA SANTOS CAMILO

ANÁLISE DOS FATORES QUE INFLUENCIAM A DISTRIBUIÇÃO DE TEMPO DOS JOVENS BRASILEIROS ENTRE EDUCAÇÃO E TRABALHO

MACEIÓ/AL
2025

VITÓRIA LEANDRA SANTOS CAMILO

ANÁLISE DOS FATORES QUE INFLUENCIAM A DISTRIBUIÇÃO DE TEMPO DOS JOVENS BRASILEIROS ENTRE EDUCAÇÃO E TRABALHO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharelado em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Keuler Hisssa Teixeira.

Maceió, 2025

Catalogação na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Cláudio Albuquerque Reis – CRB-4 – 1753

C183a Camilo, Vitória Leandra Santos.
Análise dos fatores que influenciam a distribuição de tempo dos jovens brasileiros entre educação e trabalho / Vitória Leandra Santos Camilo. – 2025.
51 f. : il.

Orientador(a): Keuler Hissa Teixeira.

Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Maceió, 2025.

Bibliografia. f. 48-51.

1. Ciências econômicas. 2. Formação profissional. 3. Trabalho. 4. Juventude. I. Título.

CDU: 33

VITÓRIA LEANDRA SANTOS CAMILO

ANÁLISE DOS FATORES QUE INFLUENCIAM A DISTRIBUIÇÃO DE TEMPO DOS JOVENS BRASILEIROS ENTRE EDUCAÇÃO E TRABALHO

Trabalho de Conclusão de curso submetido à banca examinadora do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 19 de maio de 2025

gov.br
Documento assinado digitalmente
KEULER HISSA TEIXEIRA
Data: 19/05/2025 16:19:41-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Orientador - Prof. Dr. Keuler Hisssa Teixeira
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Orientador

Banca examinadora:

gov.br
Documento assinado digitalmente
DILSON JOSE DE SENA PEREIRA
Data: 19/05/2025 16:42:28-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Dilson Jose de Sena Pereira
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Examinador

gov.br
Documento assinado digitalmente
ANA CAROLINA DA CRUZ LIMA
Data: 21/05/2025 23:57:43-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dra. Ana Carolina da Cruz Lima
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Examinadora

Dedico este trabalho a todos os jovens que, assim como eu, enfrentam o desafio de conciliar estudos e trabalho para alcançar seus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Como começar, se não agradecendo a Deus? Ele foi o pilar que me sustentou, me deu forças para enfrentar as viagens diárias do meu interior até a UFAL, me protegeu e me honrou com esta graduação, sem jamais permitir que eu pensasse em desistir.

Minha querida avó, Ermelinda, que já não está mais entre nós, foi uma das maiores fontes de inspiração e amor em minha vida. Conquistar esta graduação é, de certa forma, uma homenagem à minha linda vó e uma lembrança daquele cofrinho que ela guardava, sempre dizendo que eu era economista. Mal sabia ela que, de alguma forma, estava prevendo meu futuro.

Aos meus pais, minha eterna gratidão pelo apoio incondicional e pela presença constante. A força e o amor que sempre me dedicaram foram essenciais para que eu chegasse até aqui. É uma honra ser filha de vocês.

Agradeço ao meu melhor amigo e noivo, Anderson, por ser meu companheiro em todos os momentos. Sua presença tornou a caminhada mais leve, e sua confiança em mim foi fundamental.

Aos meus irmãos, meu muito obrigada por estarem ao meu lado nos momentos mais difíceis, oferecendo apoio e me ajudando a seguir em frente.

Sou igualmente grata aos amigos que fizeram parte do início da minha caminhada, como João, Kenyo e Ricardo. Agradeço à minha amiga-irmã Vitória, com quem dividi tantas viagens diárias, e ao Jonh, que começou como meu monitor e se tornou um amigo para a vida. Agradeço também aos colegas que conheci no PET, na SEFAZ, na Virtus e nos corredores da UFAL, todos fundamentais para minha trajetória.

Meu sincero agradecimento ao professor Dilson, pela valiosa contribuição neste trabalho, à professora Ana Carolina, por aceitar o convite para integrar a banca examinadora e por compartilhar generosamente seu tempo e experiência, contribuindo para o meu enriquecimento acadêmico. E em especial ao meu orientador, Keuler. Sua orientação foi essencial para a conclusão deste trabalho e para meu amadurecimento como estudante. Sua paciência, dedicação e conhecimento foram fundamentais para que eu alcançasse este momento. Sou grata também a todos os professores e monitores que estiveram presentes em cada etapa da graduação.

Por fim, obrigada a todos que, de alguma forma, fizeram parte dessa caminhada. Cada palavra de incentivo, gesto de carinho e apoio foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

“Imagine que um determinado dia fosse eliminado de sua vida, e pense em todas as consequências que isso teria sobre o resto dela. Para e pensa, tu que me lês, por um momento, na longa cadeia de ferro ou ouro, de espinhos ou flores, que jamais te teria cingido, não fosse a formação do primeiro elo num dia memorável”.

Charles Dickens

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar os fatores que influenciam a alocação de tempo dos jovens brasileiros entre as atividades de estudo e trabalho. Utiliza-se como base os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) dos anos de 2019 e 2023, abrangendo jovens com idades entre 14 e 24 anos. Para estimar as decisões simultâneas de estudar e/ou trabalhar, aplica-se o modelo Probit Bivariado, permitindo avaliar a interdependência entre essas escolhas. A análise considera variáveis sociodemográficas e familiares, como gênero, raça/cor, faixa etária, escolaridade dos pais, localização geográfica e condição socioeconômica. Os resultados apontam para a existência de rivalidade entre estudo e trabalho, e evidencia desigualdades estruturais associadas a marcadores sociais como gênero, raça/cor e território. Jovens do sexo feminino, negros e residentes em áreas rurais tendem a enfrentar maiores barreiras para conciliar ou acessar ambas as atividades, o que os torna mais suscetíveis à exclusão do sistema educacional e do mercado de trabalho. Ressalta-se ainda que o contexto social e familiar exerce uma forte influência nas escolhas dos jovens.

Palavras-chave: Juventude; Estudo e trabalho; Probit Bivariável.

ABSTRACT

This study aims to analyze the factors that influence the allocation of time among Brazilian youth between study and work activities. It is based on microdata from the Continuous National Household Sample Survey (PNAD-C) from the years 2019 and 2023, covering young individuals aged 14 to 24. To estimate the simultaneous decisions of studying and/or working, a Bivariate Probit model is applied, allowing for the evaluation of the interdependence between these choices. The analysis considers sociodemographic and family variables, such as gender, race/color, age group, parental education, geographic location, and socioeconomic status. The results indicate the existence of rivalry between study and work, highlighting structural inequalities associated with social markers such as gender, race/color, and territory. Female youth, black youth, and those living in rural areas tend to face greater barriers to balancing or accessing both activities, making them more susceptible to exclusion from the educational system and the labor market. It is further emphasized that the social and family context has a strong influence on the decisions of young people.

Keywords: Youth; Study and work; Bivariate Probit

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:Estatística descritiva 34
Tabela 2: Estimação do modelo Probit Bivariado sobre a decisão de trabalhar e estudar entre jovens 14 a 24 anos – 2019 e 2023 40
Tabela 3: Efeitos marginais sobre a decisão de trabalhar e estudar entre os jovens 14 a 24 anos – 2019 e 2023 45

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese das Evidências Empíricas 25
Quadro 2 - Descrição das Variáveis..... 31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PEA	População Economicamente Ativa
PNAD-C	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (versão anterior à PNAD-C)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14

1 REVISÃO DA LITERATURA 16

1.1 Modelo Unitário e Alocação dos tempos dos jovens 16

1.2 Revisão empírica 20

2 METODOLOGIA 27

2.1 Base de Dados e Discussão das Variáveis 27

2.2 Análise descritiva 32

2.3 Modelo Probit Bivariado 35

3 ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO 37

3.1 Estimação do Modelo Probit Bivariado (2019 e 2023) 37

3.2 Efeitos Marginais: Jovens de 14 a 24 anos (2019 e 2023) 42

CONCLUSÃO 46

REFERÊNCIAS 48

INTRODUÇÃO

A juventude brasileira é marcada por uma diversidade de trajetórias e condições sociais. Jovens de 14 a 24 anos podem estar inseridos no sistema educacional, no mercado de trabalho, em ambos ou em nenhum dos dois, dependendo de fatores como renda familiar, gênero, localização geográfica, estrutura familiar e políticas públicas. Em sociedades como a brasileira, com alta desigualdade socioeconômica (Cardoso, 2013), o acesso a oportunidades de educação e trabalho não é distribuído de forma equitativa.

Segundo Madeira (1986), a juventude é caracterizada pela transição da escola para o mercado de trabalho, mas essa passagem ocorre de forma desigual, influenciada por características individuais e contextuais. Barros, Mendonça e Velazco (1994) afirmam que a decisão entre estudar e trabalhar é muitas vezes tomada no âmbito familiar, refletindo tanto necessidades imediatas quanto estratégias de investimento no capital humano de longo prazo. Gonzaga et al. (2012) destacam que, em países como o Brasil, a permanência na escola está condicionada a um trade-off entre estudar e trabalhar, especialmente entre jovens de famílias com menos recursos, o que eleva o custo de oportunidade dos estudos.

Diante desse cenário, surgem questões importantes sobre os fatores que afetam a distribuição de tempo entre a educação e o trabalho. É essencial compreender como aspectos socioeconômicos e demográficos influenciam as escolhas dos jovens, considerando que essas decisões estão fortemente vinculadas à reprodução das desigualdades. Esta investigação contribui para o aprimoramento das políticas públicas voltadas à juventude, fornecendo subsídios empíricos que podem orientar ações capazes de reduzir as desigualdades na distribuição do tempo dos jovens entre o estudo e o trabalho.

Analisar as decisões de jovens entre 14 e 24 anos, especialmente nos anos de 2019 e 2023, permite avaliar não apenas mudanças estruturais, mas também efeitos conjunturais sobre essas escolhas, considerando as transformações recentes no país. O objetivo geral desta pesquisa é analisar os fatores que influenciam a decisão dos jovens entre estudar e trabalhar, com base nos microdados da PNAD Contínua, por meio da aplicação de um modelo probit bivariado. O estudo avaliará como a renda domiciliar per capita, a estrutura familiar e a densidade domiciliar afetam as decisões dos jovens, além de investigar como o sexo, a localização geográfica e a faixa etária (14 a 17 anos e 18 a 24 anos) influenciam as escolhas entre trabalho e educação.

Para orientar a análise empírica, foram formuladas hipóteses que refletem diferentes níveis de influência sobre as escolhas juvenis. Parte-se da premissa de que a renda domiciliar per capita exerce papel central, configurando-se como um dos fatores mais determinantes na

propensão dos jovens a se dedicarem exclusivamente aos estudos. Em seguida, a presença de ambos os pais no domicílio e uma menor densidade domiciliar são compreendidas como estruturas que favorecem o investimento educacional e reduzem a necessidade de entrada precoce no mercado de trabalho. Também se considera que características sociodemográficas, como o sexo e a raça ou cor, introduzem desigualdades relevantes: jovens do sexo feminino e autodeclarados brancos tendem a apresentar maior probabilidade de permanecerem na escola.

Por fim, é formulada a hipótese de que o local de residência, especialmente a distinção entre áreas urbanas e rurais, influencia de maneira significativa o acesso e a continuidade nos sistemas educacional e laboral. A ordem de apresentação dessas hipóteses reflete uma hierarquia analítica implícita adotada ao longo do trabalho. Variáveis estruturais, como renda e arranjos familiares, são compreendidas como elementos centrais na explicação da alocação de tempo dos jovens, seguidas por marcadores sociodemográficos e, por fim, pelo território, cuja influência também será considerada, mas em interação com os demais fatores.

Além desta introdução, o estudo está dividido em mais quatro seções: revisão de literatura, metodologia, análise dos resultados e conclusão.

.

1 REVISÃO DA LITERATURA

Esta seção apresenta os principais referenciais teóricos e empíricos sobre a alocação de tempo dos jovens entre estudo e trabalho. Inicia-se com o modelo unitário de decisão familiar, que trata a família como agente único na definição das escolhas econômicas, útil para entender a influência da estrutura familiar nas decisões juvenis. Em seguida, discutem-se fundamentos microeconômicos e fatores condicionantes, com ênfase nas desigualdades que afetam jovens em situação de vulnerabilidade. Por fim, revisa-se a literatura empírica, nacional e internacional, sobre os determinantes socioeconômicos dessas escolhas.

1.1 Modelo Unitário e Alocação dos tempos dos jovens

O modelo unitário, também conhecido como abordagem tradicional, analisa as decisões familiares com base na teoria neoclássica do consumidor, estendendo-a ao contexto familiar. Ele "expande a teoria neoclássica do consumidor para o âmbito familiar, evidenciando as escolhas de consumo e lazer sob a premissa da maximização da utilidade" (Rocha; Oliveira, 2018, p. 36). Essa abordagem assume que, embora a família seja composta por indivíduos com preferências distintas, ela age como um único agente tomador de decisão. As escolhas observadas, como consumo e lazer, são vistas como o resultado da maximização de uma função de utilidade única para toda a família, considerando um orçamento conjunto.

Ao adotar essa perspectiva, as demandas por bens e lazer são analisadas de forma conjunta. O modelo também pressupõe que a alocação de recursos dentro da família é sempre ótima ou irrelevante para a análise, concentrando-se apenas na distribuição entre diferentes famílias. No entanto, o modelo unitário tem sido criticado por negligenciar as diferenças de poder e preferências entre os membros da família. Modelos alternativos[1], como o modelo coletivo, foram propostos por autores como Lundberg e Pollak (1993), que sugerem que as decisões familiares são resultado de negociações e barganhas entre os membros, com influência proporcional ao poder de cada indivíduo, geralmente determinado pela renda e pelas contribuições para o bem-estar familiar.

Nesta pesquisa, ao examinarmos a alocação do tempo dos jovens no contexto familiar, podemos considerar que as decisões e preferências se alinham com as de um único indivíduo.

[1] Outros modelos podem ser utilizados para analisar a alocação de tempo familiar, como o modelo coletivo, desenvolvido inicialmente por Chiappori (1988, 1992) e expandido por Lundberg e Pollak (1993), que considera decisões baseadas em negociações e barganhas entre os membros da família. O modelo de jogos cooperativos, fundamentado na teoria dos jogos (Binmore, 1992; Myerson, 1991), enfatiza acordos estratégicos e cooperação entre agentes. Abordagens comportamentais, como as propostas por Manser e Brown (1980) e McElroy e Horney (1981), incorporam dinâmicas de poder e preferências heterogêneas, destacando as interações individuais nas decisões coletivas.

Ou seja, não há espaço para negociações por parte dos jovens ou para decisões coletivas. Fernandes (2008, p. 15) descreve que: “Basicamente, a abordagem unitária assume que a família, apesar de ser formada por diversos indivíduos, age como se fosse um único agente tomador de decisão”. Portanto, o modelo unitário é adequado para descrever como as famílias tomam decisões sobre a alocação de tempo.

A abordagem microeconômica pressupõe que os indivíduos buscam maximizar seu bem-estar, tomando decisões que antecipam as consequências futuras de suas ações, mesmo diante de incertezas. Segundo Mankiw (2014), as pessoas enfrentam escolhas, o que significa que, para obter uma coisa, elas geralmente têm que desistir de outra. Essas escolhas são limitadas por fatores como renda, tempo, capacidade de cálculo e as oportunidades disponíveis na economia, influenciadas pela ação de outros indivíduos e organizações.

Becker (1965) enfatiza que o tempo é a restrição mais fundamental, pois, enquanto bens e serviços podem ser aumentados, o tempo é fixo e, portanto, torna-se mais valioso à medida que a disponibilidade de bens e serviços aumenta. Becker (1991) também argumenta que as famílias funcionam como unidades de decisão que alocam o tempo entre tarefas domésticas e de mercado para maximizar o consumo. Ele destaca que, devido às características biológicas, as mulheres frequentemente se especializam nas tarefas domésticas, enquanto os homens tendem a se especializar no trabalho de mercado, resultando em uma divisão sexual do trabalho.

Diversos estudos destacam o papel crucial da renda familiar e da estrutura familiar na decisão dos jovens entre estudar e trabalhar. Por exemplo, Costa, Becker e Pavão (2013) revelam que jovens de famílias com maior renda tendem a dedicar mais tempo aos estudos devido ao maior suporte financeiro. Em contrapartida, jovens de famílias de baixa renda frequentemente precisam trabalhar para complementar a renda familiar, o que reduz o tempo dedicado à educação. Nesse contexto, a decisão entre estudar e trabalhar apresenta-se como um dilema central na vida dos jovens, especialmente em famílias de baixa renda.

Segundo Leme e Wajnman (2000), o investimento em capital humano envolve a decisão das famílias sobre a alocação do tempo dos jovens. Em contextos de vulnerabilidade econômica, a entrada precoce no mercado de trabalho é muitas vezes uma necessidade para complementar a renda familiar, como apontado por Gonzaga et al. (2012). Contudo, essa escolha impõe um custo de oportunidade, pois o tempo dedicado ao trabalho pode comprometer o investimento em educação e, consequentemente, a acumulação de capital humano, como destaca Bichernall (2001).

Para mitigar parte desse custo de oportunidade, a Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097/2000) busca conciliar a educação e o trabalho, inserindo jovens no mercado de trabalho

formal enquanto ainda frequentam a escola. Essa política visa proporcionar aos jovens a oportunidade de adquirir experiência profissional sem abandonar os estudos, permitindo que eles complementem a renda familiar ao mesmo tempo em que acumulam capital humano para o futuro. No entanto, a conciliação entre estudo e trabalho apresenta desafios significativos, especialmente para as jovens mulheres. Estudos como os de Levison e Moe (1998), Kimmel e Connelly (2006) e Levison et al. (2001) apontam que muitas jovens enfrentam uma dupla jornada, dividindo seu tempo entre atividades educacionais, trabalho remunerado e responsabilidades domésticas, o que limita ainda mais suas oportunidades de sucesso acadêmico e profissional.

Essas responsabilidades domésticas, muitas vezes, recaem desproporcionalmente sobre as jovens, afetando suas perspectivas de acumulação de capital humano e sua participação no mercado de trabalho. Segundo Kruger e Berthelom (2008), o tempo gasto em tarefas domésticas tem um impacto prejudicial sobre a escolaridade, semelhante ao trabalho remunerado, pois restringe o tempo disponível para os estudos. Além disso, essas responsabilidades afetam negativamente a produtividade das jovens no mercado de trabalho, já que a experiência e a disponibilidade de tempo são fatores cruciais para determinar os rendimentos, como abordam Becker (1985) e Hersch (1985).

Em relação à cor, estudos como os de Guimarães (2006) evidenciam que trabalhadores negros recebem, em média, 17% a menos que seus pares brancos, sendo que aproximadamente 70% dessa diferença pode ser explicada por características relacionadas à produtividade, como nível educacional, setor de inserção no mercado de trabalho e localização geográfica. De forma semelhante, Zucchi e Hoffmann (2004) identificaram que indivíduos negros apresentam, em média, rendimentos inferiores aos dos brancos, sendo a escolaridade um dos principais fatores associados a essa disparidade. Em todos esses aspectos, a população negra tende a enfrentar desvantagens, uma vez que apresenta escolaridade mais baixa, maior concentração em setores menos remunerados e presença significativa nas regiões Norte e Nordeste, onde as condições de trabalho são geralmente mais precárias.

A acumulação de capital humano, que reflete o investimento em educação, está intimamente ligada às decisões familiares sobre a alocação de tempo dos jovens. Famílias que enfrentam dificuldades econômicas frequentemente optam por inserir seus filhos mais cedo no mercado de trabalho, o que, embora traga um alívio imediato à situação financeira, pode comprometer o desenvolvimento acadêmico e as perspectivas futuras desses jovens. Essa escolha também está relacionada à transmissão intergeracional da pobreza e da desigualdade. Segundo Bichernall (2001), o ingresso precoce no mercado de trabalho frequentemente resulta

em uma perpetuação das condições sociais e econômicas da família, limitando a mobilidade social dos jovens e contribuindo para ciclos de pobreza que se reproduzem ao longo das gerações.

Além dos fatores familiares, os atributos individuais dos jovens também exercem influência sobre a forma como distribuem seu tempo entre estudo e trabalho. A idade, por exemplo, tende a estar associada a uma maior participação no mercado de trabalho. Isso porque, à medida que os jovens envelhecem, aumenta a probabilidade de que priorizem atividades laborais. Oliveira e Rosa (2008) apontam que a frequência escolar tende a diminuir conforme a idade avança, sendo que, a partir dos 19 anos, o trabalho passa a ocupar um lugar central na rotina da maioria dos jovens.

Estudos sobre a alocação de tempo entre estudo e trabalho revelam diferentes categorias de jovens: aqueles que se dedicam exclusivamente aos estudos, os que trabalham, os que conciliam ambas as atividades e, por fim, os que não estão nem estudando nem trabalhando, conhecidos como a geração “nem-nem”. Castro (1974) destaca que a decisão de estudar ou trabalhar envolve um processo de escolha racional, no qual os indivíduos avaliam os custos e benefícios de cada alternativa, considerando o tempo como um recurso escasso a ser alocado conforme suas expectativas de retorno futuro. Essa dinâmica se torna ainda mais desafiadora para jovens de famílias de baixa renda, que muitas vezes enfrentam a necessidade precoce de contribuir com a renda doméstica, limitando sua permanência na escola ou sua dedicação exclusiva aos estudos.

Além dos desafios estruturais, esses jovens muitas vezes convivem com situações de vulnerabilidade social, como maior exposição ao desemprego, envolvimento com drogas ilícitas e gravidez na adolescência. Segundo diversos autores, a trajetória educacional desses jovens também pode ser marcada por experiências escolares negativas, o que contribui para dificuldades de aprendizagem e para a falta de motivação em seguir uma carreira acadêmica (Bynner et al., 2000; Bynner e Parsons, 2002; Popham, 2003; Robson, 2008; Coles et al., 2010; Pardo, 2011; Dorsett e Licchino, 2012).

O local de residência, seja urbano ou rural, também exerce grande influência na alocação de tempo dos jovens entre estudo e trabalho. Em áreas urbanas, onde há mais recursos educacionais e oportunidades de emprego, os jovens tendem a ter maior acesso a escolas e centros de treinamento, o que facilita o equilíbrio entre estudo e trabalho, como abordam Rumberger e Lamb (2003). Já nas áreas rurais, a falta de infraestrutura e de oportunidades educacionais e de emprego leva muitos jovens a se dedicarem mais ao trabalho remunerado para apoiar suas famílias, o que resulta em menor tempo dedicado aos estudos, como destaca

Rocha e Oliveira (2018).

Esses fatores mostram que, apesar das políticas públicas que buscam garantir a permanência dos jovens na escola e oferecer-lhes oportunidades de trabalho, ainda existem barreiras estruturais que dificultam a acumulação de capital humano. Jovens de famílias mais vulneráveis enfrentam desafios adicionais que os impedem de aproveitar plenamente as oportunidades educacionais e profissionais disponíveis, reforçando a necessidade de políticas mais eficazes que considerem as desigualdades de gênero e as particularidades socioeconômicas na formulação de estratégias para a inclusão desses jovens no sistema educacional e no mercado de trabalho.

1.2 Revisão empírica

Tendo em vista que a distribuição de tempo entre educação e trabalho é um aspecto crucial da vida dos jovens, os fatores que influenciam essa alocação são amplamente estudados e trabalhados por diversos autores na literatura que analisam como variáveis socioeconômicas, culturais e familiares afetam essas escolhas, destacando a importância de compreender os contextos que moldam as decisões de jovens em diferentes regiões e países.

No âmbito internacional, o estudo de Patrinos e Psacharopoulos (1997), realizado no Peru, utilizou regressões logísticas com dados do Peru Living Standards Survey de 1991 para investigar os determinantes da distorção idade-série e da participação no trabalho infantil. Com uma amostra de 2.741 crianças entre 7 e 18 anos, os autores identificaram que o número de irmãos, especialmente mais novos, aumenta a probabilidade de atraso escolar e de trabalho. Apesar disso, constataram que o trabalho infantil não compromete significativamente o progresso escolar, sugerindo uma possível conciliação entre trabalho e estudo em determinados contextos. Destacam-se também desigualdades marcadas: crianças indígenas e rurais apresentam maiores chances de distorção e trabalho precoce, ao passo que a escolaridade dos pais reduz essas probabilidades, refletindo tanto melhores condições financeiras quanto maior valorização da educação no ambiente familiar.

No estudo realizado por Bratberg e Nilsen (1998), foi aplicado o método econométrico de equações simultâneas para analisar a transição de jovens da escola para o trabalho na Noruega, focando na relação entre o nível educacional, a duração da busca por emprego e a duração do primeiro trabalho. A pesquisa utilizou dados do KIRUT, que abriga uma amostra de 11.658 indivíduos que concluíram sua educação entre 1989 e 1991. Os resultados mostraram que indivíduos com níveis educacionais mais altos tendem a conseguir empregos mais

rapidamente e a permanecer neles por períodos mais longos. Além disso, os aprendizes apresentaram períodos de busca mais curtos e maior duração em seus empregos em comparação a outros jovens com o mesmo nível de escolaridade. O estudo também revelou que as mulheres, ao ingressar no mercado de trabalho, tendem a ter salários de reserva mais baixos, resultando em tempos de busca mais curtos e maior permanência no primeiro emprego em relação aos homens.

Bernardi, Gangl e Van de Werfhorst (2004) investigaram a transição da escola para o trabalho a partir de uma perspectiva comparativa, utilizando dados da Itália, Países Baixos e Estados Unidos. Os dados foram extraídos de pesquisas longitudinais nacionais realizadas entre 1984 e 1998, e analisados por meio de modelos de eventos históricos e regressões. O objetivo era identificar as diferenças nos processos de transição, especialmente quanto ao impacto da qualificação educacional e à duração do desemprego sobre a qualidade do primeiro emprego. A pesquisa considerou tanto os efeitos de oferta (características do sistema educacional) quanto os de demanda (estrutura produtiva e organizacional das empresas), e as interações entre ambos. Os resultados indicam que diferenças institucionais são decisivas para compreender os desfechos no mercado de trabalho e como a articulação entre educação e emprego afeta as oportunidades dos jovens.

No contexto nacional, o estudo de Corseuil, Santos e Foguel (2001) analisou comparativamente os fatores que influenciam a alocação de tempo de jovens entre estudar, trabalhar, fazer ambas as atividades ou nenhuma, em quatro países da América Latina, com destaque para o Brasil. Utilizando o modelo logit multinomial e dados domiciliares do BID, a pesquisa incluiu jovens de 12 a 17 anos. Os resultados indicam diferenças marcantes por idade e gênero, além da forte influência da escolaridade dos pais: quanto maior o nível educacional, maior a probabilidade dos filhos se dedicarem exclusivamente aos estudos. Essa relação se repetiu em todos os países analisados, reforçando o papel da educação parental na trajetória dos jovens.

Menezes Filho, Cabanas e Komatsu (2013) também utilizaram o modelo logit multinomial para examinar a alocação de tempo entre jovens brasileiros de 15 a 24 anos, com dados da PNAD de 1992 a 2012. Foram consideradas quatro categorias: jovens que estudam e participam da PEA, apenas estudam, apenas trabalham e os “nem-nem”. A renda domiciliar dos adultos se mostrou um fator decisivo, aumentando a probabilidade de dedicação exclusiva aos estudos e reduzindo a oferta de trabalho juvenil. A estrutura familiar também exerce influência: a presença de adultos e idosos favorece a escolarização, enquanto a de crianças está associada à maior evasão escolar e aumento do número de jovens “nem-nem”. A pesquisa concluiu que a

estrutura familiar e a renda domiciliar são fatores essenciais para explicar as escolhas dos jovens, evidenciando que o crescimento da renda, tanto dos adultos quanto dos jovens, promove maior dedicação aos estudos.

A análise empírica de Silva (2010) utiliza o modelo logit multinomial para investigar os determinantes da alocação de tempo de jovens brasileiros de 15 a 17 anos entre estudo e trabalho, com dados da PNAD de 1998 e 2008. O objetivo é analisar como fatores familiares e pessoais influenciam a decisão dos jovens de estudar, trabalhar, fazer ambas as atividades ou não realizar nenhuma delas. Os resultados mostram que a escolaridade dos pais e a renda domiciliar per capita são variáveis-chave, com maior escolaridade dos pais correlacionada a uma maior probabilidade de dedicação exclusiva aos estudos. Outro resultado relevante é o impacto da estrutura familiar, especialmente o número de irmãos menores, que reduz as chances de dedicação integral aos estudos. O estudo ainda aponta que a educação dos pais, sobretudo da mãe, perdeu parte de sua influência entre 1998 e 2008, enquanto características não observáveis ganharam maior relevância.

Na pesquisa de Frota (2019), foi aplicado o modelo Probit Bivariável para examinar os fatores condicionantes da decisão entre trabalhar e estudar dos jovens brasileiros, com dados da PNAD de 2015 e amostra de jovens de 14 a 24 anos. O estudo analisou como essas atividades concorrem na alocação de tempo. Verificou-se que, tanto no meio rural quanto no urbano, com o avanço da idade, aumenta a probabilidade de entrada no mercado de trabalho e diminui a de continuar estudando. Além disso, famílias com maior renda e mães mais escolarizadas elevam as chances de dedicação exclusiva aos estudos. Já os jovens classificados como "nem-nem" tendem a ser de famílias de baixa renda e mães com menor escolaridade, evidenciando a influência da estrutura familiar sobre essas decisões.

Na tese de Lombardi Filho (2019), foi utilizado modelos de regressão multinomiais para investigar o processo de transição escola-trabalho no Brasil, com ênfase nas influências de fatores sociodemográficos, geracionais e de ciclo econômico, analisando também comparações internacionais com Peru e Colômbia. A pesquisa utilizou dados desde o final dos anos 1980 e explorou as mudanças nas decisões ocupacionais dos jovens ao longo do tempo, considerando uma amostra de jovens entre 15 e 29 anos. O estudo evidenciou que fatores como gênero, raça e escolaridade impactam fortemente a inserção laboral, com mulheres e jovens negros enfrentando mais dificuldades, especialmente no acesso a empregos formais. A renda familiar também foi apontada como variável explicativa central, sendo que maiores níveis de renda estão associados a transições mais bem-sucedidas. Comparativamente, o Brasil apresentou maiores desigualdades de gênero no processo de transição.

O trabalho de Emerson e Souza (2003), analisa como o trabalho infantil é decidido pelas famílias, levando em conta a contribuição financeira imediata das crianças em comparação com os benefícios da educação. Os autores apresentam um modelo dinâmico de gerações sobrepostas e utilizam dados da Pesquisa Nacional por Amostragem a Domicílio (PNAD) de 1996, considerando uma criança como trabalhadora se tiver atuado pelo menos uma hora na semana de referência. Os resultados mostram que crianças cujos pais trabalharam na infância têm maior probabilidade de também fazê-lo, com a educação dos pais sendo um fator importante. A educação dos avós não exerce impacto direto, indicando que a transmissão das práticas ocorre principalmente pelos pais.

Rocha e Oliveira (2018) utilizaram o modelo logit multinomial para investigar os determinantes da alocação de tempo entre lazer, estudo e trabalho de crianças e adolescentes em Minas Gerais, com base no Censo de 2010, abrangendo 361.944 indivíduos de 10 a 17 anos. Crianças do sexo masculino, negras ou pardas, moradoras em áreas rurais e em domicílios agrícolas ou sem ocupação apresentaram maior probabilidade de trabalhar, isoladamente ou junto aos estudos. A renda domiciliar teve efeito não linear: crianças de famílias entre o sexto e o oitavo décimos da distribuição eram mais propensas ao trabalho. Famílias chefiadas por mulheres e com mais residentes também aumentaram essa chance. Já programas como o Bolsa Família e o Peti favoreceram a permanência escolar, embora não tenham eliminado o trabalho infantil.

No estudo de Oliveira e Rosa (2008), a alocação de tempo dos jovens entre estudar e trabalhar no Ceará foi analisada com dados da PNAD 2005, considerando uma amostra de 5.304 jovens entre 10 e 24 anos. Utilizando o modelo probit bivariado, os autores identificaram que a escolaridade dos pais aumenta a probabilidade de os jovens frequentarem a escola e reduz a inserção precoce no trabalho. Jovens de famílias mais ricas e com pais mais escolarizados tendem a se dedicar mais aos estudos. Meninos apresentaram maior probabilidade de trabalhar, enquanto as meninas têm menor participação no mercado formal. A localização geográfica também foi relevante: jovens de áreas rurais e não metropolitanas têm 18,36% mais chances de trabalhar. O estudo reforça a importância de políticas públicas que ampliem o acesso à educação e reduzam a vulnerabilidade econômica das famílias.

A literatura destaca que o trabalho precoce, a estrutura familiar, a renda e a localidade influenciam diretamente as trajetórias educacionais dos jovens. Como apontado por Beaman et al. (2012), intervenções específicas são essenciais para remover barreiras, sobretudo para mulheres, e ampliar sua inserção em áreas masculinizadas. Becker (1965) reforça a importância de ampliar o acesso a recursos educacionais em áreas rurais para reduzir desigualdades entre

jovens urbanos e rurais. Iniciativas com apoio econômico e acadêmico contribuem para uma divisão mais equilibrada entre estudo e trabalho, favorecendo o desenvolvimento desses grupos. Quanto à metodologia, observa-se o uso recorrente da base PNAD (atualmente substituída pela PNADc) e do modelo probit bivariado, ambos adotados neste estudo.

Diante do exposto, observa-se que os estudos aqui reunidos oferecem importantes contribuições para a compreensão das múltiplas dimensões que influenciam a alocação de tempo entre estudo e trabalho na juventude. Esses elementos reforçam a relevância de se considerar os contextos sociais e territoriais nos quais os jovens estão inseridos, sobretudo em países marcados por desigualdades persistentes como o Brasil. O presente trabalho busca avançar nessa discussão ao aplicar o modelo probit bivariado aos microdados da PNAD Contínua, analisando os fatores que condicionam as decisões de jovens brasileiros de 14 a 24 anos entre estudar e trabalhar. A proposta contribui para a literatura ao incorporar uma abordagem comparativa entre os anos de 2019 e 2023, possibilitando avaliar possíveis mudanças no comportamento juvenil em diferentes contextos socioeconômicos. A seguir, o Quadro 1.1 resume os principais estudos discutidos nesta seção.

Quadro 1 - Síntese das Evidências Empíricas

Autores (Ano)	Abrangência	Tipo de Estimação	Base de Dados	Período de Análise	Principais Resultados
Patrinos e Psacharopoulos (1997)	Internacional (Peru)	Regressão Logística	Peru Living Standards Survey	1991	Aumento do número de irmãos eleva a probabilidade de atraso escolar e trabalho infantil. Crianças indígenas e rurais mais propensas à distorção idade-série e ao trabalho; educação dos pais reduz esses efeitos.
Bernardi, Gangl e Van de Werfhorst (2004)	Internacional (Itália, Países Baixos, EUA)	Modelos de Eventos Históricos (Event History Analysis) e Regressões	Italian Household Longitudinal Survey (1997), Pesquisas Familiares (1992/93, 1998), SIPP (1984-1995)	1984 a 1997	Diferenças institucionais afetam resultados no mercado de trabalho, com a conexão entre educação e mercado impactando oportunidades de emprego.
Bratberg e Nilsen (1998)	Noruega	Equações simultâneas	KIRUT	1989-1991	Indivíduos mais escolarizados conseguem empregos mais rápido e permanecem neles por mais tempo. Aprendizes têm busca mais curta e maior estabilidade. Mulheres, com salários de reserva mais baixos, buscam emprego mais rápido e permanecem mais tempo no primeiro emprego.
Corseuil, Santos e Foguel (2001)	Nacional (Brasil)	Logit Multinomial	Banco Interamericano de Desenvolvimento	Brasil (1995), Chile (1996), Peru e Honduras (1997)	Escolaridade dos pais aumenta a probabilidade de dedicação exclusiva aos estudos; diferenças de gênero e idade nas escolhas dos jovens.

(Continua)

(Continuação)

Autores (Ano)	Abrangência	Tipo de Estimação	Base de Dados	Período de Análise	Principais Resultados
(Menezes Filho, Cabanas e Komatsu (2013))	Nacional (Brasil)	Logit Multinomial	PNAD	1992-2012	Renda familiar e presença de adultos/idosos aumentam chances de estudo; famílias com crianças pequenas elevam chances de abandono escolar.
Silva (2010)	Nacional (Brasil)	Logit Multinomial	PNAD	1998 e 2008	Escolaridade dos pais e renda familiar são fundamentais para o estudo dos jovens; estrutura familiar afeta a dedicação aos estudos.
Frota (2019)	Nacional (Brasil)	Probit Bivariável	PNAD	2015	Renda familiar e escolaridade das mães aumentam a chance de estudar; jovens "nem-nem" tendem a ser de famílias de baixa renda e baixa escolaridade.
Lombardi Filho (2019)	Nacional e Comparativo (Brasil, Peru, Colômbia)	Regressão Multinomial	Dados longitudinais	1987 a 2014 e 03/2002 a 02/2016	Fatores como gênero e raça afetam transições escola-trabalho; desigualdade de gênero maior no Brasil comparado a outros países analisados.
Emerson e Souza (2003)	Nacional (Brasil)	Modelo Dinâmico de Gerações Sobrepostas	PNAD	1996	Pais que trabalharam na infância influenciam filhos a fazerem o mesmo; educação dos pais é um fator importante na decisão.
Rocha e Oliveira (2018)	Local (Minas Gerais)	Logit Multinomial	Censo Demográfico 2010	2010	Crianças negras, rurais e de famílias agrícolas têm maior probabilidade de trabalhar; programas sociais têm impacto positivo na permanência escolar, mas não eliminam o trabalho infantil.
Oliveira e Rosa (2008)	Local (Ceará)	Probit Bivariado	PNAD	2005	Escolaridade dos pais e renda familiar reduzem o trabalho juvenil; jovens rurais têm maior propensão ao trabalho.

Fonte: Elaboração Própria.

2 METODOLOGIA

Esta seção descreve a base de dados, o modelo econométrico e a estratégia empírica adotada na análise. O Modelo Probit Bivariado é empregado para estimar, de forma conjunta, as probabilidades dos jovens estarem inseridos na educação e/ou no mercado de trabalho, considerando a possível correlação entre essas escolhas. O objetivo é identificar os principais determinantes da alocação de tempo dos jovens entre estudo e trabalho, com base em evidências empíricas.

2.1 Base de Dados e Discussão das Variáveis

Os dados utilizados neste estudo são provenientes dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contemplando jovens com idade entre 14 e 24 com dados referentes a 2019 e 2023. Essa faixa etária abrange desde o final da educação básica até a fase de transição para o ensino superior ou a inserção no mercado de trabalho.

Para a definição das variáveis dependentes, foram consideradas algumas especificidades. Em relação à variável que representa *trabalha* os seguintes critérios foram adotados: 1) se o jovem exerceu alguma atividade na semana de referência; ou 2) exerceu afazeres na semana de referência; ou, 3) ter atuado em atividades voltadas à produção para o próprio consumo; ou, 4) ter participado de obras ou serviços ligados à construção civil na semana de referência. Com base nesses critérios, a variável *dummy* Y_{1_i} assume o valor 1 quando o jovem cumpre as condições mencionadas e 0, caso contrário. A construção dessa variável segue a abordagem utilizada por Frota (2019) e Silva (2010), ela permite captar formas diversas de inserção juvenil no trabalho, inclusive em contextos familiares e informais. Tal abordagem é essencial para refletir com maior precisão a heterogeneidade das experiências laborais dos jovens no Brasil.

Quanto à variável *estuda*, esta é construída a partir da resposta em relação à frequência escolar, assumindo valor 1 se o jovem declara frequentar escola e 0, caso contrário. A definição da variável é essencial para captar, as trajetórias educacionais vivenciadas pelos jovens no contexto brasileiro. Estudos como os de Bichernall (2001), Bratberg e Nilsen (1998), destacam a importância da permanência escolar na trajetória dos jovens, enfatizando a influência de fatores socioeconômicos e familiares nessa decisão.

Para as variáveis explicativas, foram considerados fatores individuais que podem influenciar a decisão dos jovens entre estudar e trabalhar. A variável *dummy Sexo* representa o gênero do jovem (1 para feminino e 0 para masculino), permitindo explorar possíveis diferenças nas escolhas. A inclusão dessa variável é justificada por evidências de que as escolhas

educacionais e profissionais diferem entre os gêneros, como apontam Becker (1991), Kruger e Berthelom (2008), que identificam padrões distintos de inserção no mercado de trabalho e frequência escolar entre jovens homens e mulheres.

A variável *Raça* identifica se o jovem é branco (1) ou não (0). Essa variável permite analisar disparidades raciais no acesso à educação e ao trabalho, conforme discutido por Menezes Filho et al. (2013) Guimarães (2006) e Zucchi e Hoffmann (2004) que mostram que jovens negros e pardos enfrentam maiores barreiras estruturais, refletindo desigualdades históricas no Brasil. Portanto, sua inclusão é fundamental para a análise de equidade nas oportunidades oferecidas aos jovens.

A *Idade* é uma variável contínua, expressa em anos, focada na faixa etária entre 14 e 24 anos, permitindo examinar a influência da idade sobre a entrada precoce no mercado de trabalho, especialmente considerando a Lei da Aprendizagem. Para melhor capturar as especificidades desse recorte, são utilizadas duas variáveis *dummies*: uma para jovens de 14 a 17 anos e outra para aqueles de 18 a 24 anos. Essas divisões seguem a literatura de Silva (2010), Oliveira e Rosa (2008) e Lombardi Filho (2019), que destacam os efeitos distintos da idade sobre as decisões de estudar e trabalhar, evidenciando que as particularidades dessas escolhas se transformam conforme os jovens avançam em idade.

No âmbito das variáveis familiares, destaca-se a *Renda domiciliar per capita,* expressa em seu logaritmo, representando a soma dos rendimentos mensais de todos os moradores da unidade domiciliar dividida pelo número de residentes. Espera-se que, quanto maior essa renda, maior a probabilidade de o jovem dedicar-se exclusivamente aos estudos, reduzindo a necessidade de inserção no mercado de trabalho. Essa relação é bem documentada por Costa, Becker e Pavão (2013) e Frota (2019), que evidenciam o papel da renda familiar no prolongamento da permanência escolar. Famílias com maior renda tendem a prover melhores condições para que os jovens se mantenham na escola, inclusive com acesso a instituições de maior qualidade.

A análise considera também a *Densidade domiciliar*, medida pela razão entre o número de moradores e o número de cômodos do domicílio, funcionando como um indicador de vulnerabilidade habitacional. Segundo Patrinos e Psacharopoulos (1997) e Silva (2010), domicílios com alta densidade tendem a apresentar menor renda per capita e maior número de dependentes, o que intensifica a pressão para que os jovens ingressem precocemente no mercado de trabalho a fim de contribuir com a renda familiar.

Ainda na dimensão familiar, será analisada a estrutura do arranjo residencial por meio da variável *Família Nuclear*[2], uma *dummy* que assume valor 1 para jovens que vivem em domicílios compostos por ambos os pais e filhos, e 0 para outros arranjos. A presença de uma família nuclear pode indicar maior suporte emocional e financeiro, aumentando a probabilidade de o jovem permanecer apenas nos estudos. A inclusão dessa variável permite avaliar como diferentes configurações familiares influenciam as decisões dos jovens em relação à educação e ao trabalho. A literatura de Emerson e Souza (2003), Corseuil, Santos e Foguel (2001), Menezes Filho e Cabanas e Komatsu (2013) aponta que esse arranjo familiar tende a oferecer maior suporte emocional e financeiro, influenciando positivamente a continuidade dos estudos.

Na dimensão geográfica, será analisada a *Localização do Domicílio*, variável *dummy* que assume valor 1 quando o jovem reside em área urbana e 0 quando reside em área rural. Essa variável possibilita avaliar como o acesso a serviços, escolas e oportunidades de trabalho difere entre os contextos urbano e rural, influenciando as decisões dos jovens quanto à alocação de tempo. Estudos como os de Rumberger e Lamb (2003) e Rocha e Oliveira (2018) mostram que a localização influencia o acesso à educação e ao trabalho, sendo o meio urbano, em geral, mais favorável à permanência escolar.

A variável *Região Metropolitana* foi incluída para identificar se o jovem reside em uma área metropolitana (1) ou não (0). Esta distinção permite analisar as possíveis vantagens associadas à vida em grandes centros urbanos, como melhor acesso a escolas, serviços e oportunidades de trabalho, fatores que influenciam diretamente as escolhas de educação e inserção no mercado de trabalho, conforme discutido por Rumberger e Lamb (2003), Rocha e Oliveira (2018) e Silva (2010).

Por fim, serão incluídas variáveis *dummies* para as cinco regiões do país: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, sendo a região Norte [3]utilizada como categoria de referência. Cada variável assume valor 1 para jovens que residem na respectiva região e 0, caso contrário. Essas variáveis possibilitam identificar desigualdades regionais nas trajetórias juvenis, considerando as diferenças estruturais, econômicas e sociais do território brasileiro. A literatura

[2] Segundo Murdock (1949), a família nuclear é composta pelos pais (ou responsáveis) e seus filhos biológicos ou adotivos que vivem no mesmo domicílio, excluindo parentes mais distantes como avós e tios. Esse modelo é frequentemente associado à estrutura familiar tradicional, mas pode variar conforme as dinâmicas sociais e culturais.

[3] A Região Norte é utilizada como referência nesta análise por concentrar alguns dos indicadores sociais mais desfavoráveis do país. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2011; 2017), essa região apresenta baixos níveis de cobertura educacional e enfrenta dificuldades estruturais no acesso a serviços públicos essenciais, especialmente em áreas rurais, indígenas e ribeirinhas.

de Rumberger e Lamb (2003), Lombardi Filho (2019) e Guimarães (2006) corrobora essa escolha ao demonstrar a relevância do contexto regional na determinação das escolhas de jovens quanto à educação e trabalho.

As variáveis selecionadas, descritas acima, estão sintetizadas no Quadro 2 a seguir, juntamente com alguns dos autores que respaldam suas utilizações nas análises.

Quadro 2 - Descrição das Variáveis

Variável	Descrição	Valores	Autores
Trabalha	Variável dummy que indica se o jovem está empregado na semana de referência.	0 = não trabalha; 1 = Trabalha	Frota (2019) e Silva (2010)
Estuda	Variável dummy que indica se o jovem está matriculado e frequentando uma instituição de ensino.	0 = não estuda; 1 = estuda	Bichernall (2001), Bratberg e Nilsen (1998)
Idade (em anos)	Idade contínua dos jovens entre 14 e 24 anos.	14 a 24	Silva (2010), Oliveira e Rosa (2008) e Lombardi Filho(2019)
Sexo	Dummy para o sexo do jovem.	0 = homem; 1 = mulher	Becker (1991), Kruger e Berthelom (2008)
Raça/Cor	Variável dummy que identifica se o jovem é branco, para avaliar possíveis diferenças de oportunidades	0 = não branco; 1 = branco	Menezes Filho et al. (2013) Guimarães (2006) e Zucchi e Hoffmann (2004)
Faixa etária 14–17 anos	Dummy para faixa etária.	0 = não pertence; 1 = pertence	Silva (2010), Oliveira e Rosa (2008) e Lombardi Filho (2019)
Faixa etária 18–24 anos	Dummy para faixa etária.	0 = não pertence; 1 = pertence	Silva (2010), Oliveira e Rosa (2008) e Lombardi Filho (2019)
Log da Renda Domiciliar per capita	Logaritmo da renda mensal per capita do domicílio.	Contínuo	Costa, Becker e Pavão (2013) e Frota (2019)
Densidade domiciliar	Número de moradores por cômodo no domicílio.	Contínuo	Patrinos e Psacharopoulos (1997) e Silva (2010)
Família Nuclear	Dummy que indica se o jovem reside em arranjo familiar nuclear.	0 = não; 1 = sim	Emerson e Souza (2003), Corseuil, Santos e Foguel (2001), Menezes Filho e Cabanas e Komatsu (2013)
Localização do Domicílio	Dummy que indica se o domicílio é urbano.	0 = rural; 1 = urbano	Rumberger e Lamb (2003) e Rocha e Oliveira (2018)
Região Metropolitana	Dummy que indica se o jovem reside em região metropolitana.	0 = não; 1 = sim	Rumberger e Lamb (2003), Rocha e Oliveira (2018) e Silva (2010).
Região Norte	Dummy para localização na região Norte.	0 = não reside; 1 = reside	Rumberger e Lamb (2003), Lombardi Filho (2019) e Guimarães (2006)
Região Nordeste	Dummy para localização na região Nordeste.	0 = não reside; 1 = reside	Rumberger e Lamb (2003), Lombardi Filho (2019) e Guimarães (2006)
Região Sudeste	Dummy para localização na região Sudeste.	0 = não reside; 1 = reside	Rumberger e Lamb (2003), Lombardi Filho (2019) e Guimarães (2006)
Região Sul	Dummy para localização na região Sul.	0 = não reside; 1 = reside	Rumberger e Lamb (2003), Lombardi Filho (2019) e Guimarães (2006)
Região Centro-Oeste	Dummy para localização na região Centro-Oeste.	0 = não reside; 1 = reside	Rumberger e Lamb (2003), Lombardi Filho (2019) e Guimarães (2006)

Fonte: Elaboração Própria.

2.2 Análise descritiva

A análise da frequência escolar está concentrada nos jovens de 14 a 17 anos, por se tratar de uma etapa fundamental para a consolidação da trajetória educacional e para a prevenção do abandono precoce dos estudos. Em 2019, esse grupo correspondia a uma população estimada de aproximadamente 9,4 milhões de jovens, enquanto em 2023 esse número foi de cerca de 9,1 milhões. Para o grupo de 18 a 24 anos, o enfoque recai sobre as decisões relativas à alocação de tempo entre estudo e trabalho, uma vez que esse período costuma envolver escolhas mais complexas que impactam diretamente o acúmulo de capital humano e as perspectivas futuras desses jovens. A população estimada para esse grupo foi de cerca de 24 milhões em 2019 e 22,3 milhões em 2023.

Com o objetivo de realizar uma comparação descritiva, foram utilizados os dados dos anos de 2019 e 2023, pressupondo que, em 2023, os efeitos da pandemia de COVID-19 já haviam se dissipado, enquanto em 2019, ainda não estavam presentes. Esse recorte temporal permite observar variações relevantes no modo como os jovens têm alocado seu tempo entre estudo e trabalho. Inicialmente, destaca-se o crescimento na proporção de jovens que trabalham, passando de 35,67% em 2019 para 39,56% em 2023. Em contrapartida, a taxa de jovens que estudam se manteve relativamente estável, com um leve aumento de 51,48% para 51,90%.

A idade média dos jovens analisados foi de aproximadamente 19 anos em ambos os períodos, indicando uma composição etária bastante semelhante. Sob a perspectiva socioeconômica, observou-se um aumento no logaritmo da renda domiciliar per capita, que passou de 6,461 em 2019 para 6,870 em 2023, sinalizando uma recuperação econômica no período pós-pandêmico.

A densidade domiciliar apresentou redução de 0,768 para 0,726, possivelmente indicando melhora nas condições habitacionais. A população total estimada de jovens entre 14 e 24 anos caiu de cerca de 36,4 milhões para aproximadamente 34,3 milhões no período analisado, o que pode ter contribuído para um cenário social ligeiramente mais favorável, com menor pressão sobre os domicílios.

Em termos de distribuição territorial, houve estabilidade nas proporções por grandes regiões. O Sudeste permaneceu como a região com maior concentração de jovens (39,36% em 2019 e 38,99% em 2023), seguido pelo Nordeste e pela região Sul. A urbanização manteve sua tendência de crescimento, com o percentual de jovens vivendo em áreas urbanas aumentando de 84,96% para 87,18%, o que implicou uma redução proporcional na presença juvenil em zonas rurais. A presença em regiões metropolitanas também apresentou um leve aumento, passando de 39,08% para 39,57%.

Quanto à estrutura familiar, a participação de jovens vivendo em famílias nucleares aumentou de 69,12% para 70,97%, sugerindo maior estabilidade nas configurações familiares. A distribuição por sexo permaneceu equilibrada, com leve predominância de mulheres: 50,7% em 2019 e 50,4% em 2023. Em relação à cor ou raça, a maioria dos jovens se autodeclarou como não brancos (pretos, pardos, indígenas ou amarelos), representando 62,5% da amostra em 2019 e 63,2% em 2023.

Esses resultados descritivos fornecem uma visão geral das transformações recentes nas condições de vida e nas escolhas de alocação de tempo dos jovens brasileiros. A Tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas completas das variáveis analisadas. Nas próximas seções, será explorado como essas características influenciam as probabilidades de inserção dos jovens em diferentes arranjos entre estudo e trabalho.

Tabela 1:Estatística descritiva

Variável	2019							2023						
	Média	Proporção (%)	Erro Padrão	N Obs.	Pop. Estimada	Mínimo	Máximo	Média	Proporção (%)	Erro Padrão	N Obs.	Pop. Estimada	Mínimo	Máximo
Trabalha	0,357	35,67	0,003	76.282	12.813.552	0	1	0,396	39,56	0,003	59.988	13.433.302	0	1
Estuda	0,515	51,48	0,003	76.282	18.689.043	0	1	0,519	51,90	0,003	59.988	17.790.717	0	1
Idade (em anos)	19,129	-	0,017	76.282	-	14	24	19,138	-	0,019	59.988	-	14	24
Idade (14 a 17 anos)	0,258	25,83	0,002	76.282	9.389.698	0	1	0,265	26,48	0,003	59.988	9.091.085	0	1
Idade (18 a 24 anos)	0,658	65,80	0,002	76.282	23.952.393	0	1	0,650	64,96	0,003	59.988	22.290.789	0	1
Renda domiciliar per capita (log)	6,461	-	0,007	75.282	-	1,386	10,792	6,870	-	0,008	59.299	-	2,079	11,513
Densidade domicilar	0,768	-	0,004	76.282	-	0,056	10	0,726	-	0,003	59.988	-	0,083	11
Mulher	0,493	49,27	0,002	76.282	17.927.928	0	1	0,491	49,08	0,003	59.988	16.858.233	0	1
Branco	0,379	37,86	0,003	76.277	13.738.850	0	1	0,378	37,82	0,004	59.972	12.939.673	0	1
Urbano	0,850	84,96	0,002	76.282	30.906.657	0	1	0,872	87,18	0,002	59.988	29.895.295	0	1
Regiao metropolitana	0,391	39,08	0,004	76.282	14.230.105	0	1	0,396	39,57	0,004	59.988	13.593.632	0	1
Norte	0,103	10,28	0,002	76.282	3.750.588	0	1	0,105	10,50	0,002	59.988	3.600.162	0	1
Nordeste	0,288	28,82	0,003	76.282	10.502.619	0	1	0,287	28,68	0,003	59.988	9.902.142	0	1
Sudeste	0,394	39,36	0,005	76.282	14.315.391	0	1	0,390	38,99	0,004	59.988	13.346.525	0	1
Sul	0,134	13,40	0,002	76.282	4.857.578	0	1	0,136	13,57	0,003	59.988	4.638.236	0	1
Centro-Oeste	0,081	8,13	0,002	76.282	2.951.348	0	1	0,083	8,26	0,002	59.988	2.819.748	0	1
Família nuclear	0,691	69,12	0,003	76.282	25.115.027	0	1	0,710	70,97	0,003	59.988	24.323.770	0	1
População Total Estimada (14 a 24 anos)					**36.377.524**							**34.306.812**		

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua (IBGE, 2019 e 2023).

2.3 Modelo Probit Bivariado

Para analisar os fatores que influenciam a alocação de tempo entre trabalho e estudo, optou-se pela aplicação do modelo Probit Bivariável (biprobit). Este modelo é relevante para evidenciar a inter-relação entre as decisões de trabalhar e estudar, uma vez que um fator endógeno correlaciona essas variáveis. Conforme destacado por Greene (2003, p. 100), "o modelo Probit Bivariável é útil para analisar situações em que duas decisões discretas são tomadas simultaneamente e podem estar correlacionadas devido à fatores não observáveis". Assim, a relação dinâmica entre a decisão de estudar e a decisão de trabalhar é central para a análise proposta.

O modelo probit bivariado possibilita a incorporação da correlação entre os erros das duas equações, além de permitir a verificação se a estimação conjunta possui um poder explicativo significativamente superior ao de equações univariadas aplicadas individualmente a cada decisão. Dado que estudar e trabalhar são decisões correlacionadas, a estimação será realizada de forma conjunta por meio desse modelo. Como destacado por Greene (2003, p. 102), "a estimação conjunta de equações correlacionadas pode melhorar a precisão dos parâmetros estimados e fornecer *insights* mais robustos sobre o processo decisório subjacente."

De acordo com Greene (2003), o modelo adota as seguintes formulações básicas, que são essenciais para capturar a interdependência entre as variáveis analisadas neste estudo. Supondo que y_{1i}^{*} seja a variável que representa a decisão de trabalhar e y_{2i}^{*}a variável que representa a decisão de estudar. No contexto de um modelo probit bivariado, a especificação das duas equações segue a seguinte estrutura geral:

$$y_{1i}^{*} = \beta_1' x_i + u_{1i,} \qquad y_{1i} = 1 se y_{1i}^{*} > 0 \text{ e } 0, \text{caso contrário} \qquad (1)$$

$$y_{2i}^{*} = \beta_2' x_i + u_{2_{i,}} \qquad y_{2i} = 1 se y_{2i}^{*} > 0 \text{ e } 0, \text{caso contrário} \qquad (2)$$

Como destacado, a variável binária y_{1i} representa a participação do jovem no mercado de trabalho, atribuindo o valor 1 caso ele esteja empregado e 0 se não estiver. Por sua vez, a segunda variável binária Y_{2i} recebe o valor 1 quando o jovem está matriculado na escola, e 0 se não estiver frequentando. Os parâmetros β_1'e β_2'' denotam os coeficientes associados, enquanto o vetor x_i compreende um conjunto de variáveis explicativas relacionadas às características dos jovens, de suas famílias e da região em que residem. Os termos $u_{1i,}$, $u_{2_{i,}}$ referem-se aos erros associados a cada equação

De acordo com o autor Greene (2012), é possível derivar diversos "efeitos parciais" a partir das probabilidades bivariadas, permitindo uma análise mais detalhada das relações entre as variáveis dependentes e seus fatores explicativos. Esses efeitos oferecem uma visão mais precisa das variações nas probabilidades condicionais, enriquecendo a interpretação dos resultados. Representam estimativas do aumento de uma unidade na variável explicativa tem sobre a probabilidade de ocorrência da variável dependente

$$\text{Prob}[Y_{1i} = 0 e Y_{2i} = 1 / Y_{1i}^{*}, Y_{2i}^{*}] \quad (3)$$

$$\text{Prob}[Y_{1i} = 1 e Y_{2i} = 0 / Y_{1i}^{*}, Y_{2i}^{*}] \quad (4)$$

$$\text{Prob}[Y_{1i} = 1 e Y_{2i} = 1 / Y_{1i}^{*}, Y_{2i}^{*}] \quad (5)$$

$$\text{Prob}\left[Y_{1i} = 0 e Y_{2i} = 0 / Y_{1i}^{*}, Y_{2i}^{*}\right] \quad (6)$$

As premissas sobre os erros aleatórios, trazem que os erros seguem uma distribuição normal conjunta, com média zero, variância igual a um e coeficiente de correlação.

$$E(u_{1_i}) = E(u_{2_i}) = 0 \quad (7)$$

$$Var(u_{1_i}) = Var(u_{2i}) = 1 \quad (8)$$

$$Cov(u_{1i}, u_{2i}) = \rho \quad (9)$$

$$(u_{1i}, u_{2i}) \sim dnb(0,0,1,1,\rho,\rho) \quad (10)$$

O coeficiente ρ (rho) representa a correlação entre os termos de erro. Este coeficiente é essencial para avaliar a dependência entre as variáveis não observáveis associadas a cada equação. Quando $\rho = 0$, indica que não há correlação entre os termos de erro, o que sugere que as variáveis explicativas não observáveis das duas equações são independentes. Nesse caso, a literatura recomenda a adoção de um modelo Probit Univariado, pois as equações podem ser tratadas de forma independente e estimadas separadamente, sem perda de eficiência ou viés nos estimadores. Ademais, quando $\rho \neq 0$, há evidência de que os termos de erro u_{1_i}e u_{2_i} são correlacionados, sugerindo a presença de endogeneidade entre os termos de erro.

3 ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta os resultados da análise dos microdados da PNAD Contínua para os anos de 2019 e 2023, com foco na alocação de tempo dos jovens entre 14 e 24 anos entre as atividades de estudo e trabalho. A partir da estimação do modelo Probit Bivariado, são investigados os principais determinantes sociodemográficos que influenciam as diferentes combinações dessas atividades.

3.1 Estimação do Modelo Probit Bivariado (2019 e 2023)

Tabela 2 mostra os resultados do modelo Probit Bivariado, que analisa, de forma conjunta, as decisões dos jovens entre 14 e 24 anos de estudar e/ou trabalhar. Os resultados estão organizados por ano e por faixa etária. Em todos os casos, a correlação entre os erros ρ (rho) foi negativa e estatisticamente significativa, o que indica que essas decisões se comportam como alternativas concorrentes. Ou seja, a escolha por uma atividade tende a reduzir a probabilidade de se dedicar à outra. Esse conflito na alocação de tempo é especialmente relevante entre jovens em situação de vulnerabilidade, nos quais a necessidade de trabalhar pode atrapalhar a continuidade dos estudos. Essa dinâmica já foi observada por autores como Frota (2019), Silva (2010) e Lombardi Filho (2019), que destacam os efeitos da inserção precoce no mercado de trabalho sobre a evasão escolar.

Esse cenário justifica a escolha do modelo Probit Bivariado, já que ele permite observar as decisões de forma integrada. Diferente de modelos que analisam estudar e trabalhar separadamente, essa abordagem reconhece que as duas escolhas estão ligadas. Isso é importante porque estudar ou trabalhar, para muitos jovens, não são decisões tomadas livremente, mas sim influenciadas por limitações econômicas e sociais. O modelo adotado permite entender como diferentes características (como idade, gênero, renda, raça e local de moradia) influenciam essas escolhas. Ao capturar essas relações, a análise ajuda a mostrar de forma mais realista como os jovens lidam com os desafios da transição entre escola e mercado de trabalho.

A idade foi uma das variáveis com maior efeito nas decisões dos jovens. À medida que ela avança, diminuem as chances dos jovens estarem apenas estudando e aumentam as de estarem apenas trabalhando ou conciliando trabalho com estudo. Esse efeito é mais visível entre os jovens de 14 a 17 anos, sugerindo que muitos deixam a escola antes mesmo de completarem a educação básica. Já entre os de 18 a 24 anos, é mais comum a combinação entre as duas atividades, embora a frequência escolar também caia com o tempo. Esse padrão confirma o que apontam Oliveira e Rosa (2008), Tillmann e Comim (2014) e Frota (2019): a idade é um fator decisivo para a permanência escolar, especialmente em contextos de baixa renda, onde

programas governamentais como o Bolsa Família e o Pé de Meia condicionam o recebimento dos benefícios à frequência regular na educação básica.

Em relação ao gênero, os resultados mostram que as jovens mulheres têm menos chances de trabalhar e mais chances de permanecer apenas estudando, em comparação aos homens. Essa diferença aparece nos dois anos analisados e nas duas faixas etárias, embora entre as mais novas o efeito sobre a escolarização seja menos evidente, devido não serem estatisticamente significativas. Isso pode estar relacionado tanto a barreiras no mercado de trabalho, quanto a expectativas sociais e familiares que priorizam os estudos para as meninas. Além disso, muitas jovens acumulam tarefas domésticas desde cedo, o que pode dificultar sua entrada no mercado ou sua permanência na escola. Como destacam Costa, Becker e Pavão (2013), estudar pode representar uma forma de proteção e de busca por melhores oportunidades no futuro para as mulheres jovens.

A variável cor ou raça reforça as desigualdades já conhecidas no acesso à educação e ao trabalho. Jovens que se declaram brancos têm mais chances de estarem estudando e menos de estarem trabalhando, em comparação aos jovens não brancos. Esse padrão se mantém nas duas faixas etárias e nos dois anos analisados. Isso mostra que a cor da pele ainda influencia, de forma autônoma, as oportunidades dos jovens. Corroborando com os autores Tillmann e Comim (2014), Rocha e Oliveira (2018) e Lombardi Filho (2019) que trazem que os jovens brancos, em geral, têm mais apoio familiar, acesso a melhores escolas e menos exposição a situações de vulnerabilidade, o que favorece sua permanência na escola e a construção de trajetórias mais seguras.

O log da renda domiciliar também teve influência positiva em ambas as variáveis, especialmente na decisão de estudar. Jovens de famílias com maior renda têm mais chances de permanecer na escola e, ao mesmo tempo, conseguem acessar formas de trabalho que não impedem os estudos. Entre os jovens de 18 a 24 anos, esse efeito aparece de forma ainda mais clara. Isso sugere que, quando as condições financeiras são melhores, os jovens não precisam escolher entre estudar ou trabalhar (podem fazer os dois de forma equilibrada). Como apontam Frota (2019), Silva (2010) e Corseuil, Santos e Foguel (2001), a renda familiar tem papel central na definição das possibilidades educacionais e profissionais da juventude.

A densidade domiciliar, usada aqui como um indicador das condições de moradia, apresentou efeitos contrários sobre as duas decisões. Quanto maior o número de pessoas no domicílio, maiores as chances de o jovem trabalhar e menores as de ele estar na escola. Esse padrão é ainda mais evidente entre os jovens de 18 a 24 anos. Lares com alta densidade tendem a ser mais vulneráveis do ponto de vista socioeconômico, o que impõe maior pressão financeira

sobre os jovens e pode antecipar sua entrada no mercado de trabalho, dificultando a permanência na escola. Frota (2019) e Patrinos e Psacharopoulos (1997) reforça essa leitura, destacando que a responsabilidade econômica costuma recair com mais força sobre os jovens em famílias numerosas.

A localização também influencia bastante. Morar em áreas urbanas aumenta tanto a chance de estudar quanto de trabalhar em ambos os anos, especialmente entre os jovens mais velhos. Isso pode ser explicado pela maior presença de escolas, transporte público e oportunidades de emprego nas cidades. Já viver em regiões metropolitanas parece favorecer mais a permanência escolar, especialmente entre os mais jovens. A chance de trabalhar diminui em ambas as faixas etárias e anos analisados (2019 e 2023). Esse efeito pode estar relacionado à maior oferta de instituições de ensino técnico e superior nesses espaços, além de políticas públicas voltadas à juventude. Estudos como Frota (2019) e o Rumberger e Lamb, (2003) apontam que o território onde o jovem vive tem papel central na definição de suas oportunidades.

A estrutura familiar também influencia as decisões dos jovens. Aqueles que vivem em famílias nucleares (geralmente formadas por pais e filhos) têm mais chances de estar estudando e menos chances de estarem trabalhando. Esse efeito é mais visível entre os jovens de 14 a 17 anos, fase em que o apoio familiar é ainda mais importante. Viver com os pais ou responsáveis diretos tende a oferecer mais estabilidade e incentivo à permanência escolar. Menezes Filho, Cabanas e Komatsu (2013) e Oliveira e Rosa (2008) mostram que a presença de adultos comprometidos com a educação faz diferença nas trajetórias dos jovens, principalmente quando há risco de evasão ou dificuldade de acesso ao ensino de qualidade.

As desigualdades regionais no acesso à educação e ao trabalho seguem marcantes no Brasil, com padrões distintos entre os anos de 2019 e 2023. Tendo a Região Norte como categoria de referência, os resultados mostram que Jovens das regiões Sudeste e Sul, em ambas as faixas etárias (14–17 e 18–24 anos), têm maior probabilidade de estudar, em contraste com os jovens do Nordeste e Centro-Oeste, que apresentam maior probabilidade de estar apenas trabalhando. Algumas dessas diferenças não se mostraram estatisticamente significativas, possivelmente devido a mudanças conjunturais ou limitações amostrais. Por fim, isso reforça a persistência das disparidades regionais apontadas por Frota (2019) e Lombardi Filho (2019) e entre outros já mencionados anteriormente nesse trabalho relacionados à falta de políticas públicas e infraestrutura.

Tabela 2: Estimação do modelo Probit Bivariado sobre a decisão de trabalhar e estudar entre jovens 14 a 24 anos – 2019 e 2023

Variável	2019						2023					
	Total		Jovens (14-17)		Jovens (18-24)		Total		Jovens (14-17)		Jovens (18-24)	
	Coef	EP	Coef	EP	Coef	EP	Coef	EP	Coef	EP	Coef	EP
Trabalha												
Idade	0,217***	(0,0031)	0,370***	(0,0165)	0,137***	(0,0051)	0,222***	(0,0029)	0,391***	(0,0165)	0,121***	(0,00475)
Mulher	-0,408***	(0,0160)	-0,284***	(0,0337)	-0,447***	(0,0175)	-0,373***	(0,0172)	-0,256***	(0,0366)	-0,410***	(0,0196)
Branco	-0,130***	(0,0171)	-0,166***	(0,0404)	-0,121***	(0,0194)	-0,151***	(0,0187)	-0,0803*	(0,0403)	-0,175***	(0,0215)
Log renda domiciliar	0,368***	(0,0117)	0,169***	(0,0216)	0,416***	(0,0148)	0,447***	(0,0154)	0,245***	(0,0233)	0,514***	(0,0186)
Densidade domiciliar	0,104***	(0,0201)	0,109**	(0,0399)	0,105***	(0,0231)	0,0875**	(0,0266)	0,112*	(0,0481)	0,0913**	(0,0293)
Urbano	0,0940***	(0,0200)	0,0973*	(0,0388)	0,0890***	(0,0216)	0,126***	(0,0240)	-0,0140	(0,0472)	0,154***	(0,0255)
Região Metropolitana	-0,139***	(0,0177)	-0,245***	(0,0426)	-0,121***	(0,0198)	-0,184***	(0,0205)	-0,342***	(0,0431)	-0,153***	(0,0234)
Família Nuclear	-0,0432*	(0,0186)	-0,107**	(0,0370)	-0,0132	(0,0201)	-0,0972***	(0,0188)	-0,0390	(0,0399)	-0,0904***	(0,0214)
Norte (Ref.)												
Nordestes	0,00368	(0,0256)	-0,0913+	(0,0543)	0,0252	(0,0269)	-0,0155	(0,0291)	-0,0434	(0,0674)	0,00260	(0,0309)
Sudeste	0,183***	(0,0266)	0,176**	(0,0586)	0,188***	(0,0283)	0,211***	(0,0297)	0,183**	(0,0653)	0,229***	(0,0327)
Sul	0,367***	(0,0294)	0,344***	(0,0592)	0,386***	(0,0325)	0,386***	(0,0334)	0,389***	(0,0705)	0,407***	(0,0379)
Centro-Oeste	0,255***	(0,0310)	0,332***	(0,0592)	0,241***	(0,0334)	0,309***	(0,0345)	0,449***	(0,0707)	0,282***	(0,0379)
constante	-6,999***	(0,110)	-8,245***	(0,312)	-5,613***	(0,152)	-7,655***	(0,134)	-9,077***	(0,330)	-5,965***	(0,172)
Estuda												
Idade	-0,304***	(0,0029)	-0,484***	(0,0174)	-0,161***	(0,0045)	-0,314***	(0,0032)	-0,487***	(0,0211)	-0,139***	(0,00509)
Mulher	0,0845***	(0,0143)	-0,0117	(0,0353)	0,117***	(0,0169)	0,141***	(0,0170)	0,0700+	(0,0376)	0,173***	(0,0196)
Branco	0,163***	(0,0178)	0,0506	(0,0409)	0,190***	(0,0202)	0,186***	(0,0196)	0,0816+	(0,0452)	0,212***	(0,0226)
Log renda domiciliar	0,242***	(0,0103)	0,109***	(0,0214)	0,297***	(0,0126)	0,255***	(0,0130)	0,118***	(0,0269)	0,305***	(0,0160)
Densidade domiciliar	-0,130***	(0,0232)	-0,112**	(0,0353)	-0,167***	(0,0310)	-0,105***	(0,0270)	-0,0459	(0,0506)	-0,164***	(0,0361)
Urbano	0,165***	(0,0184)	0,159***	(0,0370)	0,201***	(0,0230)	0,167***	(0,0221)	0,117**	(0,0442)	0,230***	(0,0294)
Região Metropolitana	0,109***	(0,0191)	0,113*	(0,0438)	0,105***	(0,0208)	0,106***	(0,0211)	0,163***	(0,0451)	0,109***	(0,0238)
Família Nuclear	0,133***	(0,0188)	0,305***	(0,0405)	0,0737***	(0,0201)	0,139***	(0,0204)	0,279***	(0,0419)	0,0931***	(0,0234)
Norte (Ref.)												
Nordeste	-0,0571*	(0,0248)	-0,0152	(0,0504)	-0,0727*	(0,0282)	-0,0678*	(0,0283)	0,0622	(0,0564)	-0,106**	(0,0325)
Sudeste	-0,334***	(0,0275)	-0,106+	(0,0606)	-0,416***	(0,0303)	-0,264***	(0,0298)	0,0479	(0,0650)	-0,350***	(0,0337)

Sul	-0,276***	(0,0296)	0,0398	(0,0653)	-0,378***	(0,0331)	-0,262***	(0,0351)	-0,0894	(0,0679)	-0,323***	(0,0390)
Centro-Oeste	-0,246***	(0,0318)	-0,141*	(0,0618)	-0,293***	(0,0350)	-0,242***	(0,0359)	-0,169*	(0,0704)	-0,277***	(0,0398)
constante	4,263***	(0,0910)	8,094***	(0,309)	0,886***	(0,133)	4,200***	(0,110)	8,086***	(0,414)	0,1000	(0,160)
athrho	-0,248***	(0,0112)	-0,226***	(0,0285)	-0,218***	(0,0123)	-0,306***	(0,0122)	-0,293***	(0,0310)	-0,252***	(0,0137)
rho	-0,243***	(0,0105)	-0,222***	(0,0270)	-0,214***	(0,0117)	-0,296***	(0,0111)	-0,285***	(0,0284)	-0,247***	(0,0128)
Obs.	75.277		27.488		47.789		59.283		22.149		37.134	
Tamanho população	35.889.868		12.274.599		23.615.269		33.931.906		11.888.421		22.043.485	

Nota: + p-valor<0,10; * p-valor<0,05, ** p-valor<0,01; *** p-valor<0,001. Erros-Padrão entre ()
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua (IBGE, 2019 e 2023).

3.2 Efeitos Marginais: Jovens de 14 a 24 anos (2019 e 2023)

Os efeitos marginais obtidos a partir do modelo Biprobit destacados na tabela 3 ajudam a entender, de forma direta, como cada variável influencia a chance de o jovem estar trabalhando ou estudando. No caso das variáveis categóricas (também chamadas de *dummies*), esses efeitos mostram quanto a probabilidade de trabalhar ou estudar muda quando a característica em questão está presente (valor 1), em comparação com quando ela está ausente (valor 0). Em outras palavras, indicam o quanto a presença de uma determinada condição afeta, o comportamento dos jovens em relação ao estudo e ao trabalho. A análise dos efeitos marginais obtidos a partir dos microdados da PNAD Contínua para os anos de 2019 e 2023 revela padrões relevantes sobre os fatores que influenciam a decisão de trabalhar e/ou estudar entre jovens de 14 a 24 anos.

A variável idade apresentou efeito estatisticamente significativo em todos os recortes analisados nos dois anos. Em 2019, um acréscimo de um ano na idade do jovem aumentou a probabilidade de trabalhar em 6,04% no total, sendo 5,24% entre os mais jovens (14 a 17 anos) e 4,74% entre os de 18 a 24 anos. No mesmo ano, a chance de estudar foi reduzida em 8,34% no total, com quedas de 6,97% e 5,16% nas respectivas faixas etárias. Em 2023, os efeitos seguiram padrão semelhante: aumento de 6,20% na probabilidade de trabalhar (6,00% entre os mais jovens e 4,09% entre os mais velhos) e redução de 8,37% na chance de estudar (5,55% e 4,42%, respectivamente). Tais resultados confirmam a transição natural da escola para o trabalho conforme o jovem envelhece.

A variável que trata do sexo (mulher) também influenciou significativamente as decisões em ambos os anos. Em 2019, ser mulher reduziu a chance de trabalhar em 11,39% no total, com efeitos de -4,02% entre os jovens de 14 a 17 anos e -15,41% entre os de 18 a 24 anos. Já a probabilidade de estudar aumentou 2,32% no total e 3,76% no grupo mais velho, já entre os mais novos não teve significância estatística. No ano de 2023, o padrão se repetiu: redução de 10,41% na chance de trabalhar no total, com -3,94% entre os mais jovens e -13,84% entre os mais velhos; e aumento de 3,76% na chance de estudar no total, com significância de 5,51% apenas entre os mais velhos, sendo marginal (+0,80%) entre os de 14 a 17 anos. Tais resultados sugerem a persistência de desigualdades de gênero, com maior presença feminina na educação e menor inserção no mercado de trabalho.

Quanto à cor/raça, jovens brancos apresentaram menor probabilidade de trabalhar e maior de estudar nos dois anos. Em 2019, os efeitos foram de -3,61% para o trabalho no total, -2,34% entre os mais jovens e -4,19% entre os mais velhos. Para o estudo, os efeitos foram positivos no total (4,47%) e entre os de 18 a 24 anos (6,10%), mas sem significância estatística

entre os jovens de 14 a 18 anos. Em 2023, a redução na probabilidade de trabalhar foi de -4,22% no total, com -1,23% entre os mais jovens (significância fraca, p<0,10) e -5,91% entre os mais velhos. A probabilidade de estudar aumentou em 4,95% no total, sendo 0,93% entre os mais jovens e 6,75% entre os mais velhos.

A renda domiciliar (log) teve efeitos positivos e estatisticamente significativos nos dois anos. Em 2019, o aumento na renda elevou a chance de trabalhar em 10,27% no total, com 2,39% entre os mais jovens e 14,34% entre os mais velhos; e aumentou a chance de estudar em 6,65% no total, com 1,57% e 9,53% por faixa etária, respectivamente. Já em 2023, esses efeitos se intensificaram: 12,48% para o trabalho no total (3,77% entre os jovens e 17,37% entre os mais velhos) e 6,80% para o estudo (1,35% e 9,71%, respectivamente). Isso demonstra que a renda é um importante facilitador da permanência na escola e, ao mesmo tempo, permite inserções ocupacionais mais qualificadas.

A densidade domiciliar também teve influência significativa em ambas as decisões. Em 2019, mais moradores no domicílio aumentaram a chance de trabalhar em 2,91% no total (1,54% e 3,61% por faixa) e reduziram a chance de estudar em 3,55% no total (efeitos de -1,62% e -5,36%, ambos significativos). No ano de 2023, os efeitos foram semelhantes: aumento de 2,44% na chance de trabalhar no total (com 1,72% e 3,08%) e redução de 2,78% na chance de estudar no total. O efeito para estudo entre os jovens de 14 a 17 anos em 2023 não foi estatisticamente significativo, enquanto entre os mais velhos foi de -5,21%.

Quanto à localização urbana, morar em área urbana aumentou a chance de trabalhar em 2,62% (2019) e 3,53% (2023), sendo os efeitos mais fortes entre os jovens de 18 a 24 anos. Em 2023, o efeito sobre o trabalho não foi significativo entre os de 14 a 17 anos. Para o estudo, morar em área urbana elevou a chance em 4,51% (2019) e 4,46% (2023). Em relação a variável região metropolitana apresentou efeitos negativos sobre a chance de trabalhar e positivos sobre a de estudar em ambos os anos. Em 2019, morar em RM reduziu a chance de trabalhar em 3,87% no total e aumentou a de estudar em 2,99%. Em 2023, a redução foi de 5,13% no total e o aumento na chance de estudar foi de 2,83%, com significância estatística em todos os recortes.

Quanto à estrutura familiar, viver em uma família nuclear reduziu a chance de trabalhar em 1,21% no total em 2019, com efeito significativo de -1,51% entre os jovens de 14 a 17 anos. Em 2023, o efeito total foi de -2,71%, sendo significativo apenas entre os de 18 a 24 anos, com uma redução de 3,05% na chance de trabalhar. Em relação ao estudo, os efeitos foram positivos nos dois anos: 3,65% em 2019, com 4,40% para os jovens de 14 a 17 anos e 2,36% para os de 18 a 24 anos; e 3,70% em 2023, sendo 3,19% entre os mais jovens e 2,96% entre os mais velhos.

Esses resultados indicam que a convivência em uma estrutura familiar favorece a permanência na escola.

Por fim, as variáveis regionais, utilizando o Norte como referência, mostraram que os jovens do Sul, sudeste e Centro-Oeste apresentaram maior probabilidade de trabalhar e menor de estudar nos dois anos. Em 2019, os efeitos sobre o trabalho foram de 10,44% (Sul), 5,09% (Sudeste) e 7,17% (Centro-Oeste), todos significativos. Para o estudo, os efeitos foram negativos, especialmente no Sul (7,54%) e Sudeste (9,12%). Em 2023, os efeitos permaneceram positivo para trabalhar: 10,96% (Sul), 5,92% (Sudeste) e 8,74% (Centro-Oeste), e negativos para o estudar 6,95% (Sul) e 7,00% (Sudeste).

No caso do Nordeste, embora os efeitos totais não tenham sido estatisticamente significativos nos dois anos, alguns recortes etários apresentaram resultados relevantes. Em 2019, entre os jovens de 18 a 24 anos, o efeito sobre a decisão de estudar foi de -2,51%, estatisticamente significativo ao nível de 5%. Em 2023, esse mesmo grupo também apresentou efeito significativo sobre o estudo, com uma redução de -3,62% na probabilidade de frequentar a escola. Esses resultados mostram que, apesar de o Nordeste não apresentar dados significativos no total da amostra, os jovens nordestinos mais velhos têm menor probabilidade de estudar. Isso reforça a existência de desigualdades regionais, indicando que, no Norte e Nordeste, a permanência escolar tende a ser maior entre os mais jovens, enquanto o abandono escolar ocorre de forma mais concentrada na transição para a fase adulta.

Tabela 3: Efeitos marginais sobre a decisão de trabalhar e estudar entre os jovens 14 a 24 anos – 2019 e 2023

Variável	2019						2023					
	Total		Jovens (14-17)		Jovens (18-24)		Total		Jovens (14-17)		Jovens (18-24)	
	dy/dx	EP	dy/dx	EP	dy/dx	EP	dy/dx	EP	dy/dx	EP	dy/dx	EP
Trabalha												
Idade	0,0604***	(0,0006)	0,0524***	(0,0024)	0,0474***	(0,0017)	0,0620***	(0,0005)	0,0600***	(0,0025)	0,0409***	(0,0015)
Mulher	-0,1139***	(0,0043)	-0,0402***	(0,0048)	-0,1541***	(0,0057)	-0,1041***	(0,0047)	-0,0394***	(0,0056)	-0,1384***	(0,0064)
Branco	-0,0361***	(0,0048)	-0,0234***	(0,0057)	-0,0419***	(0,0067)	-0,0422***	(0,0052)	-0,0123*	(0,0062)	-0,0591***	(0,0073)
Log renda domiciliar	0,1027***	(0,0031)	0,0239***	(0,0031)	0,1434***	(0,0046)	0,1248***	(0,0040)	0,0377***	(0,0037)	0,1737***	(0,0056)
Densidade domiciliar	0,0291***	(0,0056)	0,0154***	(0,0057)	0,0361***	(0,0080)	0,0244**	(0,0074)	0,0172*	(0,0074)	0,0308**	(0,0099)
Urbano	0,0262***	(0,0056)	0,0138**	(0,0056)	0,0307***	(0,0074)	0,0353***	(0,0067)	-0,0021	(0,0073)	0,0520***	(0,0086)
Região Metropolitana	-0,0387***	(0,0049)	-0,0347***	(0,0061)	-0,0417***	(0,0068)	-0,0513***	(0,0057)	-0,0526***	(0,0067)	-0,0517***	(0,0079)
Família Nuclear	-0,0121*	(0,0052)	-0,0151***	(0,0052)	-0,0046	(0,0069)	-0,0271***	(0,0052)	-0,0060	(0,0061)	-0,0305***	(0,0072)
Norte (Ref.)												
Nordeste	0,0010	(0,0069)	-0,0104+	(0,0063)	0,0088	(0,0094)	-0,0042	(0,0080)	-0,0054	(0,0085)	0,0009	(0,0108)
Sudeste	0,0509***	(0,0073)	0,0240***	(0,0079)	0,0659***	(0,0099)	0,0592***	(0,0083)	0,0262**	(0,0090)	0,0797***	(0,0114)
Sul	0,1044***	(0,0083)	0,0520***	(0,0088)	0,1352***	(0,0114)	0,1096***	(0,0095)	0,0629***	(0,0110)	0,1395***	(0,0130)
Centro-Oeste	0,0717***	(0,0087)	0,0499***	(0,0089)	0,0845***	(0,0117)	0,0874***	(0,0098)	0,0751***	(0,0116)	0,0977***	(0,0131)
Estuda												
Idade	-0,0834***	(0,0004)	-0,0697***	(0,0026)	-0,0516***	(0,0013)	-0,0837***	(0,0003)	-0,0555***	(0,0026)	-0,0442***	(0,0015)
Mulher	0,0232***	(0,0039)	-0,0017	(0,0051)	0,0376***	(0,0054)	0,0376***	(0,0045)	0,0080+	(0,0043)	0,0551***	(0,0062)
Branco	0,0447***	(0,0049)	0,0073	(0,0059)	0,0610***	(0,0064)	0,0495***	(0,0052)	0,0093+	(0,0051)	0,0675***	(0,0071)
Log renda domiciliar	0,0665***	(0,0028)	0,0157***	(0,0030)	0,0953***	(0,0039)	0,0680***	(0,0034)	0,0135***	(0,0031)	0,0971***	(0,0049)
Densidade domiciliar	-0,0355***	(0,0064)	-0,0162***	(0,0052)	-0,0536***	(0,0099)	-0,0278***	(0,0072)	-0,0052	(0,0058)	-0,0521***	(0,0115)
Urbano	0,0451***	(0,0050)	0,0229***	(0,0052)	0,0643***	(0,0074)	0,0446***	(0,0059)	0,0134***	(0,0050)	0,0732***	(0,0094)
Região Metropolitana	0,0299***	(0,0052)	0,0162**	(0,0064)	0,0336***	(0,0067)	0,0283***	(0,0056)	0,0186***	(0,0052)	0,0348***	(0,0075)
Família Nuclear	0,0365***	(0,0051)	0,0440***	(0,0060)	0,0236***	(0,0065)	0,0370***	(0,0054)	0,0319***	(0,0048)	0,0296***	(0,0074)
Norte (Ref.)												
Nordeste	-0,0155*	(0,0067)	-0,0021	(0,0069)	-0,0251**	(0,0097)	-0,0179*	(0,0075)	0,0069	(0,0064)	-0,0362***	(0,0111)
Sudeste	-0,0912***	(0,0074)	-0,0154+	(0,0087)	-0,1352***	(0,0098)	-0,0700***	(0,0078)	0,0054	(0,0073)	-0,1136***	(0,0110)
Sul	-0,0754***	(0,0080)	0,0053	(0,0087)	-0,1237***	(0,0107)	-0,0695***	(0,0093)	-0,0109	(0,0083)	-0,1056***	(0,0126)
Centro-Oeste	-0,0671***	(0,0086)	-0,0208*	(0,0091)	-0,0975***	(0,0115)	-0,0642***	(0,0095)	-0,0218*	(0,0092)	-0,0912***	(0,0129)

Nota: + p-valor<0,10; * p-valor<0,05, ** p-valor<0,01; *** p-valor<0,001. Erros-Padrão entre ()

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua (IBGE, 2019 e 2023).

CONCLUSÃO

A análise da alocação de tempo entre estudo e trabalho entre jovens brasileiros de 14 a 24 anos revelou a complexidade das decisões envolvidas, fortemente influenciadas por um conjunto de fatores inter-relacionados de ordem individual, familiar e regional. Mais do que escolhas isoladas, estudar e trabalhar se apresentam como decisões concorrentes, moldadas por condições socioeconômicas e estruturais que variam ao longo do ciclo etário juvenil.

As evidências apontam para uma trajetória desigual: enquanto alguns jovens conseguem conciliar ambas as atividades ou permanecer exclusivamente na escola, outros são levados a priorizar o trabalho desde cedo, muitas vezes em detrimento da formação educacional. Essa disparidade reflete padrões persistentes de desigualdade social, especialmente entre grupos de cor, gênero e localização geográfica, revelando que o acesso ao tempo e às oportunidades ainda é seletivo e condicionado.

O estudo também evidenciou que o ambiente familiar pode tanto facilitar quanto limitar a permanência escolar ou a entrada precoce no mercado de trabalho, e que as disparidades regionais seguem determinando o ritmo e a forma das transições juvenis, expressando diferentes realidades de oferta educacional, demanda por trabalho e proteção social.

Apesar das contribuições, o estudo possui limitações. A análise baseou-se em dados transversais da PNAD Contínua de apenas dois trimestres (2019 e 2023), o que impossibilita captar plenamente a dinâmica longitudinal das decisões dos jovens. Além disso, questões qualitativas importantes, como motivações pessoais, percepções sobre o trabalho e a escola ou o papel das políticas públicas locais, não foram incorporadas por limitações da base de dados utilizada.

Sugere-se que futuras pesquisas avancem na incorporação de análises longitudinais e qualitativas, aprofundando o entendimento sobre os fatores que favorecem ou restringem o acúmulo de capital humano ao longo da juventude. Além disso, investigações que explorem os efeitos de programas sociais, políticas educacionais e condições do mercado de trabalho local podem oferecer subsídios relevantes para o desenho de políticas mais equitativas e efetivas.

Nesse sentido, os resultados aqui apresentados podem contribuir de forma significativa para a formulação e o aprimoramento de políticas públicas voltadas à juventude. Ao evidenciar as desigualdades estruturais que moldam o acesso ao estudo e ao trabalho, o estudo reforça a necessidade de políticas integradas que considerem as especificidades regionais, a estrutura familiar dos jovens e os recortes de raça e gênero. As informações obtidas podem orientar ações que promovam maior permanência escolar, reduzam o ingresso precoce no mercado de trabalho e ampliem o acesso a oportunidades de qualificação e proteção social. Assim, espera-se que

este trabalho sirva como base para o fortalecimento de políticas públicas mais inclusivas, sensíveis às desigualdades e capazes de ampliar as possibilidades de futuro para a juventude brasileira.

REFERÊNCIAS

BARROS, R.; MENDONÇA, R.; VELAZCO, T. Is poverty the main cause of child work in urban Brazil. 1994.

BEAMAN, L.; DUFLO, E.; PANDE, R.; TOPALOVA, P. Female leadership raises aspirations and educational attainment for girls: a policy experiment in India. Science, v. 335, n. 6068, p. 582–586, 2012. DOI: 10.1126/science.1212382.

BECKER, G. S. A Theory of the Allocation of Time. The Economic Journal, v. 75, n. 299, p. 493-517, 1965.

BECKER, G. S. A Treatise on the Family. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

BECKER, G. S. Human capital, effort, and the sexual division of labor. Journal of Labor Economics, v. 3, n. 1, p. 33-58, 1985.

BERNARDI, F.; GANGL, M.; VAN DE WERFHORST, H. G. The from-school-to-work dynamics: Timing of work and quality of work in Italy, the Netherlands and the United States, 1980-1998. 2004.

BICHERNALL, J. A. Income distribution, human capital and growth economic: some new evidence. The Economic Journal, v. 112, 2001.

BINMORE, K. Fun and Games: A Text on Game Theory. D.C. Heath and Company, 1992.

BRATBERG, E.; NILSEN, Ø. A. Transition from School to Work: Search Time and Job Duration. IZA Discussion Papers 27, Institute of Labor Economics (IZA), 1998.

BYNNER, J.; HEATHER, J.; TSTATSAS, M. Obstacles and Opportunities on the Route to Adulthood: Evidence from Rural and Urban Britain. London: Smith Institute, 2000.

BYNNER, J.; PARSONS, S. Social Exclusion and the Transition from School to Work: The Case of Young People Not in Education, Employment, or Training NEET. Journal of Vocational Behavior, v. 60, n. 2, p. 289-309, 2002.

CARDOSO, A. Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. Caderno CRH, Salvador, v. 26, n. 68, p. 293-314, maio/ago. 2013.

CARDOSO, E.; SOUZA, A. The Impact of Cash Transfers on Child Labor and School Attendence in Brazil. Working Paper No. 04-W07. Department of Economics Vanderbilt University, 2004.

CASTRO, Cláudio de Moura. Pesquisas em economia da educação: uma agenda. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 381–410, jun. 1974

COLES, B. et al. Literature Review of the Costs of being 'Not in Education, Employment or Training' at Age 16-18. Department for Education and Skills, Research Report n° 347, 2010.

CORSEUIL, C. H.; SANTOS, D.; FOGUEL, M. N. Decisões críticas em idades críticas: a escolha dos jovens entre estudo e trabalho no Brasil e em outros países da América Latina. Texto para discussão 797, 2001.

COSTA, J. S.; BECKER, K. L.; PAVÃO, A. R. Influência da renda domiciliar per capita na alocação do tempo dos jovens no Brasil. Revista de Economia, Curitiba, v. 39, n. 1, p. 7-24, jan./abr. 2013.

CHIAPPORI, P. A. Rational household labor supply. Econometrica, Evanston, v. 56, n. 1, p. 63-89, 1988

DORSETT, R.; LUCCHINO, P. Snakes and ladders in the youth labour market. In: 26 Annual Conference of the European Society for Population Economics – ESPE, Bern. Anais… Bern, 2012.

EMERSON, P. M.; SOUZA, A. P. Is There a Child Labor Trap? Intergenerational Persistence of Child Labor in Brazil. Economic Development and Cultural Change, v. 51, n. 2, p. 375-398, 2003.

FERNANDES, M. M. Estimação da oferta de trabalho com modelos coletivos: uma aplicação para o Brasil. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.

FROTA, M. G. Fatores condicionantes na decisão entre trabalhar e estudar dos jovens brasileiros. Monografia (Graduação em Finanças) – Universidade Federal do Ceará, Sobral, 2019.

GONZAGA, G.; CORSEUIL, C.; FOGUEL, M.; RIBEIRO, E. The Effects of an Apprenticeship Program on Labor Market Outcomes of Youths in Brazil. In: 34° Meeting of the Brazilian Econometric Society. Anais. Porto de Galinhas, 2012.

GREENE, W. Econometric Analysis. 5. ed. New York: Prentice Hall, 2003.

GREENE, W. H. Econometric Analysis. 7. ed. Boston: Pearson, 2012.

GREENE, W. H. Marginal effects in the bivariate probit model. Department of Economics Working Paper Series, n. EC-96-11. New York University, June, 1996.

GUIMARÃES, R. O. Desigualdade salarial entre negros e brancos no Brasil. Econômica, v. 8, n. 2, p. 227-252, 2006.

HERSCH, J. The effect of housework on earnings of husbands and wives. Social Science Quarterly, v. 66, p. 210-217, 1985.

IPEA. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. 4ª ed. Brasília: IPEA, 2011.

IPEA. Territórios em Números: insumos para políticas públicas a partir da análise do IDHM e do IVS. Brasília: IPEA, 2017.

KASSOUF, A. L. Aspectos socioeconômicos do trabalho infantil no Brasil. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, v. 1, 123 p., 2002.

KIMMEL, J.; CONNELLY, R. Mothers' Time Choices: Caregiving, Leisure, Home Production, and Paid Work. The Journal of Human Resources, v. XLII, n. 3, p. 663-681, 2006.

KRUGER, D. I.; BERTHELOM, M. E. Child work and schooling: the role of domestic activities among girls in Brazil. In: World Bank Conference on Employment and Development. Los Angeles, 2008. Anais…

LEME, M. C. S.; WAJNMAN, S. A alocação do tempo dos adolescentes brasileiros entre o trabalho e a escola. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12, 2000. Anais... Caxambu: ABEP, 2000.

LEVISON, D.; MOE, K. S. Child labor and youth employment in Brazil: A dynamic analysis. World Development, v. 26, n. 3, p. 421-435, 1998.

LEVISON, D.; MOE, K. S.; KRUGER, D. The allocation of time in youth employment decisions. Economics of Education Review, v. 20, n. 3, p. 303-318, 2001.

LOMBARDI FILHO, S. C. O processo de transição escola-trabalho no Brasil: primeiro emprego, emprego decente e heterogeneidades nacionais em perspectivas comparativas. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

LUNDBERG, S.; POLLAK, R. A. Separate Spheres Bargaining and the Marriage Market. Journal of Political Economy, v. 10, n. 6, p. 988-1010, 1993.

MADEIRA, R. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 10., 1986, Caxambu. Anais. Caxambu: ANPOCS, 1986.

MANKIW, N. G. Principles of Economics. 7. ed. Boston: Cengage Learning, 2014.

MANKIW, N. G. Princípios de Economia. [Edição Brasileira]. São Paulo: Editora Cengage Learning, 2014.

MANSER, M.; BROWN, M. Marriage and household decision-making: a bargaining analysis. International Economic Review, Philadelphia, v. 21, n. 1, p. 31-44, 1980.

MCELROY, M.; HORNEY, M. Nash-bargained household decisions: toward a generalization of the theory of demand. International Economic Review, Philadelphia, v. 22, n. 2, p. 333-349, 1981

MENEZES FILHO, N. A.; CABANAS, P.; KOMATSU, B. K. Crescimento da renda e as escolhas dos jovens entre os estudos e o mercado de trabalho. São Paulo: Insper, 2013. (CPP Policy Paper, n. 7).

MURDOCK, George Peter. *Social structure*. New York: The Macmillan Company, 1949.

MYERSON, R. B. *Game Theory: Analysis of Conflict*. Harvard University Press; 1991.

OLIVEIRA, J. L.; ROSA, A. L. T. Uma análise dos determinantes da alocação de tempo dos jovens cearenses entre estudar e trabalhar. Fortaleza: IPECE, 2007. (Texto para Discussão, nº 35).

PARDO, M. S. Jóvenes que ni estudian ni trabajan: un riesgo para la cohesión social em America Latina. CIEPLAN y Tecnológico de Monterrey. mimeo, 2011.

PATRINOS, H. A.; PSACHAROPOULOS, G. Family Size, Schooling and Child Labor in Peru – An Empirical Analysis. Journal of Population Economics, v. 10, n. 4, p. 387-405, 1997.

POPHAM, I. Tacking NEETs: Research on Action and Other Factors that Can Contribute to a Reduction in the Number of Young People Not in Education, Employment or Training (NEET). DfES Publications: Nottingham, 2003.

ROBSON, K. Becoming NEET in Europe: A Comparison of Predictors and Later-Life Outcomes. In: Global Network on Inequality Mini-Conference, 2008, New York.

ROCHA, L. E. V.; OLIVEIRA, A. M. H. C. Determinantes da alocação domiciliar do tempo das crianças e adolescentes: uma análise logit multinomial para os territórios rural e urbano do estado de Minas Gerais. Revista Econômica do Nordeste, v. 49, n. 4, p. 35-51, out./dez. 2018.

RUMBERGER, R. W.; LAMB, S. P. The early employment and further education experiences of high school dropouts: a comparative study of the United States and Australia. Economics of Education Review, v. 22, n. 4, p. 353-366, 2003.

SILVA, C. M. Determinantes da escolha entre estudo e trabalho no ensino médio no Brasil. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

SILVA, N.; KASSOUF, A. O trabalho e a escolaridade dos jovens brasileiros. In: ENCONTRO DA ABEP, 13., Ouro Preto. Anais... Ouro Preto: ABEP, 2002.

ZUCCHI, J. D.; HOFFMANN, R. Diferenças de renda associadas à cor: Brasil. Pesquisa e Debate, v. 15, n. 1, p. 107–129, 2001.